

# Diário do Legislativo de 12/08/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/7/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado em que solicita reunião de audiência pública da Comissão, visando ao amplo debate sobre a normatização dos serviços prestados pelos "call centers", a pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações - Sinttel. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2008.

André Quintão, Presidente - Gustavo Valadares - João Leite.

### ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/8/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD) e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Ruy Muniz, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre possíveis danos ambientais provocados pela poluição resultante das atividades da empresa Serquip, com sede no Bairro Camargos, nesta Capital. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Cláudio Junqueira, Presidente da Feam, representando o Sr. Sheley Carneiro de Souza, Secretário de Estado em exercício de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Evaldo Sabino da Silva, Técnico Ambiental da Superintendência Central Metropolitana de Meio Ambiente da

Semad; Paulo Freitas, Gerente de Licenciamento, representando a Sra. Flávia Mourão Pereira do Amaral, Secretária Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça, representando a Sra. Shyrley Fenzi Bertão, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente - CAO-MA -; Márcio Mariano da Silva, Presidente da Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes e Consciência à Prevenção Ocupacional; Gilson Almeida Vilela, Diretor da Serquip-MG; Maurílio José Coelho e Geraldo Carlito, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (3) em que solicita sejam realizadas visitas à Igreja São Geraldo, para ouvir denúncias de desvio de conduta policial apresentadas por moradores dessa comunidade, e à Unidade Prisional do 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado, para conhecer a situação de guarda dos policiais detidos no local, ambas em Belo Horizonte; e seja realizada reunião de audiência pública para debater o direito à moradia e de maneira especial a conquista desse direito por cerca de 800 famílias da Fazenda Várzea do Moinho, no Município de Sabará. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Delvito Alves.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/8/2008

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Hely Tarquínio (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 867, 980, 1.493, 1.498, 1.791 e 1.819/2007, 2.110, 2.132, 2.277, 2.329, 2.341, 2.348, 2.349, 2.362, 2.363 e 2.412/2008 (Deputado Hely Tarquínio); 2.367, 2.370, 2.372, 2.377, 2.387, 2.388, 2.389, 2.390, 2.408, 2.409, 2.419, 2.421, 2.422, 2.424 e 2.426/2008 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 867, 980, 1.493, 1.498, 1.791 e 1.819/2007, 2.110, 2.132, 2.277, 2.329, 2.341, 2.348, 2.349, 2.362, 2.363 e 2.412/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 2.367, 2.370, 2.372, 2.377, 2.387, 2.388, 2.389, 2.390, 2.408, 2.409, 2.419, 2.421, 2.422, 2.424 e 2.426/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - João Leite - Gláucia Brandão.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/8/2008

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.267/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Pedro da União o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.268/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.299/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.300/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Navarro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.453/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 12/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.572/2008, do Deputado Juninho Araújo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 540/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 899/2007, do Deputado Délio Malheiros; 2.263/2008, do Deputado Durval Ângelo; 2.333/2008, do Deputado Padre João; 2.342/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.365/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.432 e 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.458/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.549/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.568/2008, do Deputado Padre João; 2.588, 2.615 e 2.616/2008, do Governador do Estado; 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi; 2.618/2008, do Deputado Vanderlei Miranda; 2.621/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.331/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.457/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.593/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.599/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.600/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.607/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.608/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.613/2008, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 12/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.751/2008, do Deputado Zezé Perrella; 2.755/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 12/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.245/2008, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimento nº 2.759/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 12/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.496/2008, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 12/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.481/2008, do Deputado Dimas Fabiano; e 2.529/2008, do Deputado Eros Biondini.

Requerimento nº 2.743/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 12/8/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.177/2008, do Governador do Estado; e 2.311/2008, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.745/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.748/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz; 2.752/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.753 e 2.754/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 12/8/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 224/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior nas situações em que especifica; 1.233/2007, do Deputado Jayro Lessa, que disciplina a inclusão dos dados referenciais e cadastrais das operadoras de cartões de crédito nos meios que menciona e dá outras providências; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.267/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Pedro da União o imóvel que especifica; 2.268/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí o imóvel que especifica; 2.299/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 2.300/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Navarro o imóvel que especifica; 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni o imóvel que especifica; 2.452/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medina o imóvel que especifica; 2.453/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica; e 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo de Minas o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de agosto de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.242/2008, do Deputado Adalclever Lopes, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.512

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Lafayette de Andrada, Carlos Pimenta, Gil Pereira e Jayro Lessa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para turno único sobre o Veto a Proposição de Lei nº 18.512, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/8/2008

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público e imprensa presentes, telespectadores da TV Assembléia. Retomamos os trabalhos parlamentares neste segundo semestre e, em nosso entender, esse retorno é bastante positivo. Durante o primeiro semestre de 2008, votamos projetos importantes, a exemplo do que promoveu a reorganização do Poder Judiciário em Minas Gerais. Trata-se de um projeto que criou comarcas, democratizou o acesso à Justiça, criou as Varas Especializadas de Combate à Violência contra a Mulher, a Vara Especializada da Infância e Adolescência e novas varas nas Comarcas de Contagem, Betim, Uberlândia e Governador Valadares. Esse projeto, bastante produtivo e interessante para o Estado, trará melhorias na prestação jurisdicional.

Entendemos que a Justiça tem de ser ágil e eficiente. Assim, quando uma pessoa bater à porta do Poder Judiciário, deverá contar com pronto atendimento, pois a justiça, quando tardia, acaba transformando-se em injustiça.

Aprovamos também a criação da Câmara Especializada de Combate ao Crime Político, ao crime de improbidade administrativa, isso tem gerado certa polêmica, especialmente na imprensa.

Em nosso entendimento, essa câmara especializada do Tribunal de Justiça de forma alguma se confunde com foro privilegiado; é meramente uma reorganização, uma divisão do trabalho no âmbito daquele órgão. Assim como há as Câmaras Especializadas Criminais e Cíveis, criamos uma câmara especializada para crimes políticos. Acreditamos que isso mereça uma discussão mais aprofundada, pois, para julgar crimes

políticos, é preciso haver agilidade. Esse é o centro da questão.

Esse debate ocorre num momento importante, porque, no período de recesso, tivemos oportunidade de visitar alguns Municípios que estão iniciando o processo eleitoral de 2008. Aliás, esse processo eleitoral vem sob a égide de uma nova legislação que considero extremamente positiva. As eleições municipais deste ano estão sendo marcadas pela capacidade de os candidatos a Prefeito e Vereador fazerem debate político. A eleição deste ano não será marcada tão efetivamente, como no passado, pelo poder econômico: não haverá "showmício"; não haverá "outdoor"; não haverá camisetas, bonés, brindes; é uma eleição que privilegiará as reuniões comunitárias, as caminhadas nas ruas, o debate de um projeto político para as cidades. Num primeiro momento, pode parecer uma eleição mais fria, sem aquela emoção tradicional, mas, na essência, é uma eleição que privilegiará o conteúdo do debate político, o conteúdo das soluções para os problemas das cidades.

Nesse debate há uma questão que vem sendo muito suscitada. Nós, que andamos nas ruas, estamos percebendo que as pessoas estão preocupadas com um cuidado maior com o dinheiro público. Esse é um debate muito cadenciado hoje nas eleições municipais e vem sendo suscitado de forma permanente pela sociedade, pelo Ministério Público e pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Ainda ontem, aqui em Belo Horizonte, o Ministério Público promoveu um encontro para o lançamento de campanha de combate à corrupção, porque a corrupção é um mal que assola as instituições democráticas, sem dúvida nenhuma. Quando o dinheiro público é desviado ou mal aplicado, quem sofre é o povo. Às vezes, o dinheiro público chega a um Município para se fazer canalização de córrego ou para se terminar uma policlínica ou um posto de saúde, mas, por causa do seu mau uso, as obras são suspensas; então, não houve o devido cuidado com o dinheiro público. Por isso o combate à corrupção é fundamental. Mas o importante é que hoje os meios tecnológicos, as ferramentas da rede mundial de computadores, a internet, possibilitam, facilitam à sociedade um controle mais efetivo sobre o dinheiro público. Os portais da transparência, a prestação de contas "on-line" por via da internet, enfim, tudo isso facilita maior controle sobre o bem público. Portanto, essas eleições têm essa marca, e o Ministério Público cumpriu um papel importante ao lançar, ontem, a campanha de combate à corrupção.

Da mesma forma, a Associação dos Magistrados Brasileiros está atenta à necessidade de se votar em candidatos de ficha limpa, em candidatos que tenham passado probo, que sejam de reputação ilibada, que não estejam compondo a lista suja do Poder Judiciário. Tudo isso é fundamental, mas o maior problema é que, às vezes, o Poder Judiciário é muito moroso. Uma pessoa que responde a um processo na Justiça deve ter o direito de defesa, o contraditório, no entanto o processo deve andar o mais rápido possível. Não podemos aceitar que a Justiça fique arrastando esses processos, e, entra eleição, sai eleição, o candidato continua na lista suja, porque geralmente o Poder Judiciário ainda não o julgou. Então, é preciso julgar os processos; fazer com que a Justiça seja aplicada observando-se os princípios constitucionais é de fundamental importância.

Acreditamos que a criação da câmara especializada para o julgamento dos crimes políticos vem com o intuito de agilizar a prestação jurisdicional. Foi um projeto importante aprovado no primeiro semestre.

O segundo projeto de fundamental importância, e que também aprovamos no semestre passado, diz respeito à criação da Bolsa-Atleta no Estado de Minas Gerais. Ele já foi aprovado, em 1º e 2º turnos, e aguarda a sanção do Governador do Estado. Tenho a plena convicção, pela importância social do projeto Bolsa-Atleta, de que o Governador do Estado haverá de sancioná-lo integralmente, porque ele contribuirá, e muito, ajudando as nossas crianças carentes do Estado de Minas Gerais que encontram no esporte, na prática desportiva, um caminho para a sua libertação e para se transformarem em jovens cidadãos livres da opressão e da exclusão social. Considero que talvez o projeto da Bolsa-Atleta seja um dos mais importantes, do ponto de vista do seu aspecto social, aprovados nesta Casa no primeiro semestre.

Aprovamos ainda uma proposição, em 1º turno, que já se encontra em condições de vir ao Plenário desta Casa para o 2º turno, e se trata de uma outra lei relacionada com o esporte. Essa lei diz respeito ao incentivo, à alteração, à modernização da Lei de Incentivo ao Esporte, e amplia o leque de opções para as entidades que querem um benefício fiscal para incentivar o esporte em Minas Gerais. Então esse projeto já se encontra em condições de vir ao Plenário desta Casa, e acreditamos que em breve ele será votado aqui. Temos a perspectiva de que, apesar de ser um semestre marcado pelas eleições municipais, quando vários colegas Deputados e Deputadas estarão disputando os cargos de Prefeito ou Vice-Prefeito de suas cidades, o Plenário desta Casa e esta Assembléia Legislativa continuarão tendo pleno funcionamento e enfrentando as grandes questões importantes para Minas Gerais.

Tenho como norte, neste segundo semestre, duas questões que acredito são de fundamental importância. A primeira delas, Sr. Presidente, é que, juntamente com o Deputado Almir Paraca, estaremos realizando aqui, no dia 19, uma audiência pública para discutir a situação do Ipsemg, dos trabalhadores desse Instituto, da assistência médica dos seus servidores. Também discutiremos a situação desse Instituto do ponto de vista da dívida que o Poder Executivo tem com a autarquia, que é de fundamental importância para o servidor público de Minas Gerais.

Essa audiência do Ipsemg é fundamental, portanto esperamos que os seus servidores se esforcem para participar dela. É preciso mobilizar a sociedade de Minas Gerais e os servidores públicos de Minas Gerais contra um fantasma, Deputado Almir Paraca, que ronda o Ipsemg. Está pairando sobre o Ipsemg a ameaça velada de sua privatização. Isso traria um grande prejuízo ao patrimônio do servidor público do Estado de Minas Gerais, daqueles que dão a vida ao Estado como servidores e que não podem perder esse importante valor que é o Ipsemg. Essa audiência inaugurará este semestre legislativo com grande ênfase e importância para o servidor público de Minas Gerais.

Sr. Presidente, o segundo aspecto que me tem chamado a atenção, desde o semestre passado, é que eu havia sugerido à Mesa, desta tribuna, a formação de uma comissão especial de Deputados e Deputadas para intermediar, ajudar a acompanhar a situação dos trabalhadores da MGS. Fizemos uma audiência pública no semestre passado, com a participação de vários trabalhadores - alguns membros do sindicato da MGS -, que formularam uma série de denúncias contra as más condições de trabalho, a perseguição, o tratamento diferenciado, o descumprimento de normas coletivas. Ficou acertado que não haveria nenhum tipo de represália nem perseguição por parte da diretoria da MGS. A cada dia que passa, recebemos denúncias de que a empresa tem perseguido os trabalhadores, especialmente os que vieram à audiência pública.

Portanto, achamos que é de fundamental importância a formação de comissão especial para acompanhar a situação dos trabalhadores da MGS, para que não seja praticado nenhum tipo de injustiça. Ainda hoje, recebi um "e-mail" dizendo que alguns trabalhadores que ficam na sede da MGS tiveram o valor do vale-refeição majorado, o que é uma boa notícia. Em contrapartida, os outros trabalhadores que ocupam as mesmas funções e têm as mesmas condições, mas não estão na sede da empresa não tiveram o mesmo benefício. Isso configura tratamento diferenciado, uma violação ao princípio da isonomia e um desrespeito para com os trabalhadores.

Acreditamos que, neste segundo semestre de 2008, esta Casa continuará trabalhando muito, dando respostas contundentes, eficazes e efetivas ao povo de Minas Gerais. Desejo a todos os colegas um segundo semestre muito produtivo. Que possamos cada vez mais melhorar as condições de vida e de trabalho do povo mineiro! Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Quero saudar o nosso Presidente em exercício, nosso colega e amigo Deputado José Henrique, e parabenizá-lo pela homenagem que recebeu ontem em Governador Valadares. Parabenizamos também a sua família. Foi um reconhecimento da nossa cidade e também de todo o Vale do Rio Doce. Parabéns, Deputado José Henrique, pelo seu belo trabalho em defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e das causas sociais da nossa região, pelo acompanhamento aos Municípios e principalmente pela seriedade com que conduz o seu mandato na

nossa região. O Vale do Rio Doce também está de parabéns pelo reconhecimento à sua atuação. A Câmara de Vereadores de Valadares reconheceu a sua importância como parlamentar, como agente público estadual.

Temos a mesma admiração pelo trabalho do Deputado José Henrique e deixamos aqui os nossos parabéns e o nosso reconhecimento. Quero saudar todos os Deputados e as Deputadas; os Deputados Paulo Guedes, Almir Paraca, Carlin Moura e Roberto Carvalho, da nossa Bancada estadual, aqui presentes, e a imprensa. Enfim, quero cumprimentar a todos neste reinício dos trabalhos na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no segundo semestre.

Ocupo a tribuna para fazer um pronunciamento sobre a situação dos lixões no Estado. Tramita aqui um projeto de lei sobre os resíduos sólidos em Minas Gerais. Hoje, 34.500.000 brasileiros vivem sem acesso à coleta de esgoto nas áreas urbanas. Em relação a 2001, houve um crescimento de 3,2% na cobertura do serviço de saneamento no País, segundo estudo realizado em 4/6/2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea -, que também aponta que 73,2% dos brasileiros têm acesso simultâneo aos serviços de saneamento; os serviços de água canalizada chegam à taxa de 91%; os serviços de esgotamento sanitário, 77,8%; e a coleta de lixo beneficia 97% da população urbana brasileira.

Hoje, na lei federal do marco regulatório, abordam-se questões extremamente importantes para todos os que querem pensar o saneamento como planejamento de gestão e eficiência, para reduzir o déficit na área do tratamento de água e esgoto, na destinação final dos resíduos sólidos e na drenagem pluvial. A lei federal do marco regulatório trouxe uma visão nova, uma concepção de saneamento na qual, além da água, do esgoto e de seus tratamentos, incluem-se a drenagem e a destinação final dos resíduos sólidos. O importante dessa lei federal do marco regulatório é a atribuição de responsabilidades, como a de os Estados passarem a ter um plano estadual de saneamento, da mesma forma que os Municípios. Assim a sociedade, por meio de conselhos municipais e estaduais, poderá fazer o controle social em relação às tarifas, acompanhar a gestão dos serviços e a aplicação dos recursos e conhecer de maneira transparente as reais possibilidades de minimizar-se o déficit de Minas e do Brasil.

Considerando a realidade atual de Minas Gerais, precisamos refletir sobre a destinação final dos resíduos sólidos. Segundo dados de fevereiro de 2007 da Feam, 519 cidades mineiras, a maioria de pequeno porte, jogam seus resíduos em lixões. Ainda segundo a Feam, a população urbana do Estado é de 16.500.000 pessoas, que produzem em média 10.000t de lixo por dia, das quais 60% ainda são jogadas sem controle na natureza. De 47 Municípios com mais de 50 mil habitantes, somente 16 cidades fizeram aterros e usinas, com todas as licenças aprovadas pela Feam; as outras 36 cidades que ainda não o fizeram terão um prazo até outubro. Outros 28 Municípios, com população entre 30 mil a 50 mil habitantes, estão obrigados, desde 2004, a acabar com os lixões. Mas, até o final do ano passado, somente 5 fizeram aterros e usinas; os outros 23 tiveram o prazo ampliado até outubro de 2009.

Os demais Municípios, com menos de 30 mil habitantes, estão obrigados a adotar medidas para evitar a degradação ambiental e humana, transformando os lixões em aterros controlados; mas a maioria não atendeu essa determinação. Foram multadas 458 Prefeituras, que assinaram termo de ajustamento de conduta para se enquadrarem. Atualmente 19 aterros sanitários atendem a 32 Municípios, a maioria de médio e grande portes. Outros 70 dispõem de usinas de triagem e compostagem, onde o material para reaproveitamento é separado e o restante enterrado. Além disso, 207 cidades têm aterros controlados e cumprem requisitos mínimos para evitar a degradação ambiental.

Tramita, nesta Casa Legislativa, no primeiro semestre, e o debate se inicia no segundo semestre, um projeto de lei do governo de Minas que trata da Política Estadual de Resíduos Sólidos, que já está pronto para ir ao Plenário. É importante que ele esteja tramitando, adiantando-se até à aprovação da política nacional encaminhada em setembro do ano passado pelo Presidente Lula para o Congresso Nacional, que ainda está em debate. O projeto federal incumbe os Municípios da gestão dos resíduos sólidos e orienta as ações públicas nesse setor. Ao ser estabelecida uma política local de resíduos em conformidade com as exigências da proposta, entre as quais a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, os Municípios terão acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados com a limpeza urbana. A existência de uma Política Municipal de Resíduos Sólidos é considerada condição para que o Estado estruture linhas de financiamento e repasse recursos aos Municípios para a implantação e a manutenção de projetos de destinação final ambientalmente adequados de resíduos. Mas é fundamental também que o Estado dê apoio técnico, para que os Municípios tenham condições de elaborar projetos para a captação de recursos. A grande maioria dos Municípios mineiros não tem ainda capacidade técnica para a elaboração desses projetos.

Quero registrar aqui um fato que debatemos em Minas: infelizmente, também entre os Municípios mineiros que se encontram em débito com a questão ambiental e com a inclusão social, como toda cidade de 260 mil habitantes, Governador Valadares, que já teve, Deputado Paulo Guedes, um aterro sanitário, retrocedeu. Hoje temos novamente o lixão. É vergonhoso, para uma cidade de 260 mil habitantes, que gastou quase R\$5.000.000,00 em recursos para controlar um aterro, que hoje, depois de um descaso, uma desconsideração, esse aterro tenha voltado a ser um lixão.

Na administração do saudoso Fassarella, o lixão foi transformado em aterro controlado, primeiro estágio para a futura implantação do aterro sanitário. A área foi cercada, os catadores foram incentivados a se organizar e criar a Associação dos Catadores Natureza Viva - Ascanavi -, passando a participar da coleta seletiva na cidade, que começou em janeiro de 2002. Assim eles puderam ter condições dignas de trabalho, recebendo o lixo seco dos caminhões para fazer a separação do material que podia ser reciclado. Foram construídos galpões de reciclagem, e os catadores foram incentivados à coleta por meio da participação e da destinação final. A implantação do aterro estava em andamento, incluindo, além do aterro, uma lagoa para tratamento do chorume, o líquido, a canalização de gases e ainda uma usina de compostagem para que o lixo orgânico fosse aproveitado.

O Município já havia conseguido a licença prévia dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente. O último passo para a instalação do aterro seria o fechamento do aterro controlado, cujo espaço se transformaria numa área de lazer. Mas, como não houve andamento nessas obras, hoje o aterro voltou a ser um lixão. Valadares possui 260 mil habitantes e produz 178t de lixo por dia. Em janeiro deste ano o aterro foi interditado pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Supram - do Leste mineiro, do governo de Minas Gerais. Após uma vistoria da Polícia de Meio Ambiente, foi constatado que todo o procedimento atual para o tratamento do lixo estava irregular, e a Prefeitura foi multada. A Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa realizou também uma vistoria no local, no dia 14 de abril deste ano, quando foram constatadas irregularidades, como localização a menos de 500m do núcleo populacional, tratamento inadequado de efluentes, proximidade com curso d'água, lixo a céu aberto.

Houve audiências públicas de moradores e ambientalistas, e estudantes também se manifestaram, em parceria com a Promotoria de Meio Ambiente de Governador Valadares. A Promotoria de Justiça preparou um termo de ajustamento de conduta - TAC -, que foi descumprido nos dois acordos firmados, em 1999 e em 2006, entre Ministério Público e Município. Registramos que já foram ajuizadas várias ações na Justiça para resolver definitivamente o problema do lixão em torno de um bairro tão povoado como o Turmalina, que hoje sofre as conseqüências do odor, da presença novamente de pessoas e moradores que voltaram ao aterro. É preciso resgatar recursos do governo federal. O Ministério das Cidades já disponibilizou recursos para o aterro no valor de R\$5.400.000,00, e o BDMG mais R\$500.000,00, para resolver o problema. Então, é preciso buscar uma alternativa para acabar com o lixão e criar novas possibilidades para os moradores de Governador Valadares, para os bairros em torno do lixão e garantir uma gestão dos resíduos sólidos, importante também para os demais Municípios de Minas Gerais, condizente com dignidade e com tarifas justas. É preciso que as taxas e tarifas sejam corretas, justas, em consonância com a possibilidade de nossa população de pagá-la com a sua renda e com uma boa utilização da coleta e da destinação final do lixo.

Quero registrar que, quanto ao debate que faremos sobre o projeto de lei que tramita nesta Casa relativo à destinação final de resíduos sólidos, é muito importante que seja aprovado com as mudanças que houve, a fim de que Minas Gerais se responsabilize pela implementação de

sistemas municipais de coleta da nossa limpeza urbana, beneficiando a qualidade de vida da nossa população. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham nesta Casa do povo mineiro, telespectadores da TV Assembléia. Inicialmente, quero manifestar-me sobre um evento do qual participei esta semana. Com certeza, esse evento envolverá a todos nós, mineiros. Aliás, espero que todo o Brasil se engaje firmemente nessa campanha proposta pelo Ministério Público, que apresenta a indagação: "O que tenho a ver com a corrupção? O que você tem a ver com a corrupção? O que temos a ver com a corrupção?". Às vezes, a primeira atitude das pessoas de bem é dizer que nada têm a ver com isso, que querem distância. De fato, queremos distância da corrupção, mas temos de nos engajar nessa campanha com a consciência de que, como cidadãos, temos de agir. Além dessa consciência, se não tivermos no nosso dia-a-dia atitudes concretas de combate, de denúncia, para juntos tentarmos combater esse mal que aflige a todos os cidadãos, com certeza teremos, no mínimo, pela nossa omissão, algo a ver com essa corrupção que está destruindo o nosso país. São bilhões e bilhões de reais que vão para o ralo. Trata-se de dinheiro que faz falta para cuidar da saúde das pessoas, para oferecer vida mais digna às nossas crianças e para oferecer moradia ou condição de infra-estrutura mais adequada aos nossos Municípios; enfim, o dinheiro é do povo.

Mas a corrupção não é só com o dinheiro do povo. A corrupção é um câncer que não fica restrito às repartições públicas. Não há corrupto sem corruptor. A iniciativa privada deixa de ser saudável, sadia e competitiva quando passa a ser refém ou participe desse processo repugnante de roubar o dinheiro público. Ontem, no lançamento dessa campanha, estavam presentes o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Jarbas Soares, o Governador Aécio Neves e o Prefeito da Capital, Fernando Pimentel. Tive a alegria de ver vários outros colegas, como o parlamentar Gustavo Valadares, que sempre teve uma posição clara em defesa de uma vida pública balizada pela ética e dignidade. Lá também estavam presentes figuras que, no imaginário popular, representam os nossos ídolos: José Wilker, alguns atletas, jogadores de futebol do meu querido Cruzeiro, como Fábio, grande arqueiro do Cruzeiro, que tanta tristeza traz aos nossos colegas atleticanos. Ali ele estava muito mais como cidadão do que como atleta.

Nós, homens públicos, temos de engajar-nos nesse processo, e o cidadão também. O José Wilker e outros atores se manifestavam alertando que furar fila é um ato de corrupção; que querer vantagem pessoal em um processo que se deve ser tratado de igual para igual também o é; que oferecer propina para livrar-se de uma multa que é justa porque você não respeitou as leis também o é. Tudo isso é que constrói esse ambiente em que os valores éticos, morais e a honestidade começam a ser vistos como coisa de pessoas que não são competentes ou ativas.

Infelizmente, há quem pense assim. Infelizmente, há aqueles que chegam a dizer que, em um mundo como este, ser honesto é uma desvantagem competitiva. É inaceitável que formemos os nossos filhos, as gerações futuras, assimilando esse tipo de informação, partindo para a linha de que, para vencer na vida, tenho de igualar-me aos ruins, aos maus; para vencer na vida, terei de sujeitar-me a esse tipo de regra e envolver-me nessa lama. Isso é inaceitável. É perfeitamente possível que alguém vença na vida, sim, pelo esforço, pelo trabalho, pela seriedade. É claro que cada cidadão pode dar exemplo, pode ajudar. Mas nós, que estamos na vida pública, de nós, a quem muito é dado, muito será solicitado ou exigido. Cabe a nós sermos mais firmes. Cabe a nós termos a coragem de denunciar. Cabe a nós cobrarmos para que o Judiciário funcione, para que o Judiciário de fato tome atitudes firmes, para que a impunidade não continue por aí sendo estímulo à corrupção. O Judiciário está sendo chamado, neste momento, a refletir, a agir. Neste momento, aliás, o cidadão está sendo instigado pela Justiça Eleitoral a avaliar os seus candidatos. É muito bom que a Justiça Eleitoral faça isso. É muito bom que o Ministério Público faça isso: separar o joio do trigo; separar candidato que tem história digna, séria e honesta de candidato de ficha suja, de candidato que tem história enlameada com a corrupção, cheio de processos e mais processos, envolvido com desvio de dinheiro público. Às vezes alguns deles ficam no seguinte discurso: "Não, isso é a Oposição". Não é a Oposição, é o Ministério Público que está propondo ações contra aqueles que não têm uma história limpa, honesta. E o Ministério Público não tem partido, não tem preferência por A ou B.

Portanto, esse é um aspecto positivo. O cidadão tem de fazer essa reflexão, sob pena de, no momento em que ele fizer para si mesmo a pergunta: "O que tenho a ver com a corrupção?", ele chegar à conclusão, por exemplo, e dizer: "Olhe, fui alertado de que fulano de tal era corrupto, mas insisti em votar nele. Então, sou responsável pela corrupção". O cidadão precisa ter a coragem de fazer essa autocrítica, essa análise.

A Justiça, que tem feito esses questionamentos, está ficando em situação contraditória. A Justiça Eleitoral e mesmo a Justiça comum estão ficando em situação insustentável, pois muitos desses processos não tiveram nenhum julgamento, nem em primeira, nem em segunda, nem em terceira instância. Nesse momento é preciso ter a ponderação de que o eleitor deve fazer uma avaliação mais minuciosa e tentar entender se, mesmo não sendo julgado, há indícios ou não de que tal pessoa mereça a sua confiança.

Mas quem tem o poder para aprofundar e dar a sentença é a Justiça. Vem a Justiça e diz: "O Congresso Nacional não funciona, não revê o Código Processual". O Código Processual Brasileiro admite inúmeros e infundáveis recursos, que permitem ao réu, principalmente em processos dessa natureza, fazer com que o processo nunca vá a julgamento. Ora, se esse réu não quer que o seu processo seja julgado, o povo deve julgar esse réu e não permitir que ele se eleja. Mas, se é a Justiça que está morosa, aí a situação é outra. Aí a Justiça também começa a ficar em situação constrangedora. Ela tem de ter uma resposta para a sociedade. Se a Justiça vem e diz: "Fulano não pode ser candidato". Por quê? Pesam contra ele inúmeras acusações. E por que a Justiça não julga, não sentença, definindo se tal candidato é culpado ou inocente? Era preciso que viesse a público um pouco mais de informação para o eleitor. Não julgou porque o réu está impedindo o julgamento. Na minha opinião, esse tipo de comportamento é de réu confesso. Se eu tivesse sobre minha pessoa qualquer acusação, seria o primeiro a querer que aquele processo tramitasse e que, o mais rápido possível, a decisão fosse prolatada e viesse a público para que eu pudesse dizer "sou inocente" com isso confirmado pela Justiça. Não tenho nenhum processo que me traga esse constrangimento, mas entendo que um homem de bem, quando é acusado, deve ser o primeiro a querer ter seu problema esclarecido. Mas não é isso que vemos nas campanhas. São sempre os mesmos, com processos de 10 anos atrás, alegando que a Justiça não julgou. Mas, se formos analisar o processo, veremos que contratam advogados só para impedir que a Justiça sentencie.

Vivemos um momento delicado. Isso nos remete a outro Poder co-irmão deste Poder Legislativo mineiro, que é o Poder Legislativo Federal, o Congresso Nacional. O Congresso Nacional é inoperante, está virando vergonha nacional. As matérias de natureza eleitoral do Brasil passam a ser decididas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE - ou pelo STF porque o Congresso é inoperante. É inoperante não só porque se acovarda, mas também porque quer manter algumas situações insustentáveis. O Congresso quer manter algumas situações que não são boas para a democracia, como por exemplo, a infidelidade. A infidelidade em qualquer ambiente - na vida familiar, na relação entre as pessoas, na vida partidária - é algo vergonhoso, nojento. No entanto, foi preciso que o TSE e o STF dessem sentenças para estabelecer que o mandato pertence ao partido, porque o Congresso não vota, não decide, não legisla sobre matéria tão relevante. Na questão que envolve as campanhas eleitorais foi preciso o TSE decidir o que pode e o que não pode porque, infelizmente, o Congresso não decide. Não são todos. Temos bons Deputados Federais, mas temos alguns que são muito melhores de discurso que de prática. Dizem sempre que estão a favor dos Municípios, que são contra impostos. Agora mesmo estão votando mais uma contribuição para a saúde. Acabou a CPMF, que nunca foi para a saúde, que era apenas mais um imposto entre os inúmeros impostos que já pagamos, e estão lá os Deputados Federais votando outro imposto. E são os mesmos que nos pedem votos dizendo que não vão votar mais impostos porque os brasileiros já pagam demais. Procure saber se seu Deputado Federal votou contra ou a favor do imposto. A grande maioria da bancada mineira votou a favor de mais um imposto. Quando se discute a distribuição dos recursos entre Município, governo estadual e governo federal, todos são unânimes em dizer que fica muito pouco para o Município e que vai muito para o governo federal. Mas onde está uma atitude do Congresso para mudar isso? Não existe nenhuma atitude. E é isso que estamos vendo novamente neste momento em que se aproximam as eleições municipais. O eleitor está sendo chamado a refletir sobre os candidatos. É bom que seja chamado, é bom que os eleitores façam essa reflexão, analisem quem tem a ficha suja e quem tem a ficha limpa. Você, com certeza, muito mais que o próprio Juiz da sua cidade, consegue analisar a história desse candidato. Existem candidatos com processo de toda natureza. Há candidato com processo que envolve até exploração sexual de menores. Existe candidato processado por conselho tutelar, envolvido com prostituição infantil, que não se preocupou em fazer com que o processo fosse a julgamento e que ficasse definido. Prefere que o processo não ande. Paga a um advogado para o processo não andar. Candidatos envolvidos em muitos



processos de desvio de dinheiro público pagam um advogado para não deixar o processo andar e, depois, dizem ao povo que são inocentes, que o processo ainda não transitou em julgado. Isso não ocorre porque não deixam. E a Justiça e o Congresso Nacional se calam, pondo depois a culpa no eleitor. É hora de o eleitor reagir, de fazer, de fato, justiça com as próprias mãos, mas num ambiente democrático, selecionando um candidato que realmente tenha uma ficha limpa, uma história limpa, de combate à corrupção, e não de envolvimento com ela. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia, membros da imprensa, voltamos a esta tribuna, agora, no segundo semestre dos nossos trabalhos, após o recesso parlamentar, e infelizmente trazemos um notícia triste que merece a nossa atenção. O objetivo é pedir providência, a fim de que fatos como os ocorridos na madrugada de domingo para segunda-feira, na cidade de Matias Cardoso, no Norte de Minas Gerais, não voltem a ocorrer.

Matias Cardoso, para quem não conhece, é uma cidade histórica, a primeira cidade de Minas Gerais, a primeira freguesia, a primeira Capital do Estado, infelizmente até hoje não reconhecida como tal. Temos, naquela localidade, a primeira igreja construída em Minas. Referimo-nos à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cuja construção foi iniciada em 1655. Sem dúvida, trata-se de um dos maiores patrimônios culturais do povo mineiro. Essa igreja, cujas obras já foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan -, vem precisando, há anos, de uma restauração. Entram e saem governos que prometem restauração e recursos, mas não os efetivam.

Tivemos uma notícia muito desagradável neste fim de semana. Dois ladrões, apenas com uma chave de fenda, arrombaram a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e levaram três valiosas imagens desse templo. Ficamos tristes pela morosidade das autoridades, pela falta de atenção da Secretaria de Cultura de Minas Gerais, que, até agora, não se manifestou. Ela não se importa com essa situação. O patrimônio cultural está jogado às traças. Ficam, então, aqui o nosso repúdio por essa situação e o nosso pedido de providências à Secretária de Cultura, ao governo de Minas.

Quem sabe, com esse ocorrido, essas autoridades acordem, para resgatar a verdadeira história do Estado, devolvendo a Matias Cardoso o título de primeira Capital de Minas? Se não for assim, que se inicie, nesta Casa, pelo menos um movimento para se criar o Dia dos Geraes, a ser comemorado no dia 23 de março, data em que o bandeirante Matias Cardoso aportou às margens do Rio São Francisco e fundou a cidade histórica de Matias Cardoso, não reconhecida pelas autoridades mineiras como a primeira Capital.

Portanto fica aqui o nosso pedido de providências para que as Polícias Militar, Civil e Federal, enfim, todas as autoridades entrem nesse caso, com o objetivo de desvendá-lo, prender os ladrões e recuperar essas imagens tão importantes. Foram roubadas as imagens valiosíssimas de Nossa Senhora de Santana e São Miguel, o que, com certeza, trará um grande prejuízo para o patrimônio cultural de Minas Gerais. Deixamos aqui, então, o nosso relato.

Ao Pe. Adailton, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, deixo a certeza de que estaremos atentos nesta Casa, a fim de que sejam tomadas todas as medidas possíveis. Cobraremos providências das autoridades.

Participei de uma reunião da Comissão de Cultura desta Casa, quando apresentei requerimento para a realização de uma grande audiência pública no Município de Matias Cardoso, a fim de chamar a atenção das autoridades do Estado, para que, o mais rápido possível, seja resolvido o problema dos repasses financeiros e assim seja possível recuperar a Igreja de Nossa Senhora de Conceição, a mais antiga de Minas Gerais, um patrimônio do Estado que está totalmente depredado e em estado caótico. Bandidos conseguiram invadir a Igreja, tão importante para os mineiros, para assaltá-la, utilizando-se apenas de uma chave de fenda.

Esperamos que notícias tristes como essa já não possam ser manchetes de nossos jornais. Deixo esse chamado a todos os parlamentares, a esta Casa, às Polícias Militar, Civil e Federal, a todas as instituições de segurança do Estado, para que, quanto a esse caso específico, lutem pela recuperação das três imagens, que são de fundamental importância para a vida cultural não só de Matias Cardoso, mas também de todo o Estado de Minas Gerais.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitar os minutos que me restam, para, mais uma vez, fazer uma cobrança. Nesta semana, estive na cidade de São Francisco. Aproveitei o recesso parlamentar para visitar várias cidades, como São João das Missões, Manga, Januária, Varzelândia, Itacambira, Brasília de Minas, Icarai de Minas, Luislândia e Chapada Gaúcha. Para minha tristeza, Sr. Presidente, tenho de voltar a esta tribuna para cobrar, mais uma vez, providências por parte da Cemig. Há três meses, alguns Diretores dessa empresa almoçaram com representantes da bancada do Norte de Minas, quando asseguraram que, imediatamente, retomariam as obras para a eletrificação dos poços artesianos, perfurados e equipados há mais de três anos no Norte de Minas. Novamente as notícias foram enganosas. Eles nos enrolaram mais uma vez, e essas cidades continuam sem água potável, porque a Companhia Energética de Minas Gerais não liga mais para os pobres. Seus representantes esqueceram-se definitivamente do Norte de Minas e da responsabilidade da empresa com as comunidades dessa região.

A cada dia é apresentada uma versão diferente para a solução dos problemas de centenas de poços artesianos do Norte de Minas. No final do ano passado, no Palácio da Liberdade, vi o Governador Aécio Neves ordenar ao Presidente da Cemig, Sr. Djalma Moraes, que, no prazo de 30 dias, fizesse a ligação desses poços artesianos; todavia essa determinação já está fazendo aniversário. Várias reuniões, aqui e em Montes Claros, foram realizadas. Diversos anúncios e publicidades em jornais já foram feitos. No entanto a energia para os poços artesianos, o que é bom, não saiu do papel até hoje. É impressionante como essa empresa se sente acima de tudo, acima da lei, acima da determinação até do Governador de Minas Gerais.

Deixo registrado esse nosso repúdio. É impressionante como o Presidente e os Diretores da Cemig não cumprem a palavra dada. Eles já se assentaram com a bancada do Norte por diversas vezes, fixando datas para início da eletrificação; todavia nem um só poço naquela região foi energizado. É impressionante, Deputado Gil Pereira - que nos acompanhou em várias reuniões -, o que tem ocorrido. Até hoje a Cemig está-nos devendo. Fui a São Francisco, onde nenhum poço foi energizado, assim como Itacambira e Manga. Isso é impressionante. Eles não estão apenas nos enganando, Deputado Luiz Tadeu Leite, mas enganando também as comunidades e a maior autoridade de Minas, o Governador Aécio Neves, que acredita que esses poços já estão em funcionamento.

Fica aqui, mais uma vez, nosso repúdio por essa lentidão, a essa falta de vontade da Cemig, que deveria honrar, antes de tudo, os compromissos firmados com o povo de Minas Gerais, que garante os lucros exorbitantes e as riquezas da empresa. A Cemig, que lucra mais de R\$2.000.000.000,00 por ano, é incapaz de ligar a energia de um poço artesiano, o que mataria a sede de milhares de pessoas do Norte de Minas.

Deputado Antônio Júlio, V. Exa., assim como eu, tem atuado na cobrança, na defesa dessas ações. Esperamos, então, que essa empresa cumpra suas ações em Minas Gerais. É impressionante a falta de sensibilidade por parte dos Diretores da Cemig, do comando da empresa. Esperamos que essas obras sejam realizadas o mais breve possível. Na verdade, estamos correndo o risco de perdê-las, visto que, no tocante aos poços que foram equipados, as bombas e as caixas d'água já estão comprometidas. Há três anos, estão sob o sol, sem funcionar, porque falta energia. Portanto, mais uma vez, deixo aqui a cobrança para que os Diretores da Cemig cumpram a determinação do Governador. É preciso que se cumpra o compromisso firmado com a bancada do Norte, enfim, com Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias do Norte de Minas.

O Norte de Minas não pode aceitar essa situação de abandono, de falta de responsabilidade e de vergonha dessas autoridades, que vão lá,

firmam um compromisso, dizem que ligarão a energia, mas não o fazem. Se não houver outro jeito, teremos de recorrer à Justiça, a fim de que a Cemig cumpra a determinação e pare de gastar milhões com propaganda na televisão, pois isso não resolve o problema. Basta lembrar a falta de água em nossa região. Os poços artesianos foram perfurados há mais de três anos. Até parece picuinha com o Norte de Minas, com a nossa gente. Não podemos aceitar isso calados. Portanto fica aqui a indignação deste parlamentar, que conhece a realidade da região e, assim, não pode admitir que uma empresa do povo mineiro, riquíssima, ou seja, uma empresa que criamos, pagamos, sustentamos, deixe de cumprir suas funções. Essa empresa agora só pensa em bolsas de valores, em lucros exorbitantes e em tarifas aberrantes. Não cumpre seu verdadeiro compromisso, qual seja o de atender primeiramente à população mais carente de Minas Gerais.

Esperamos uma resposta definitiva do Presidente da Cemig. Caso contrário, este parlamentar e esta Casa começarão a mobilizar os Presidentes de associações comunitárias e as pessoas que estão passando sede na região. Se a situação continuar como está, teremos de realizar protestos, acampar e promover invasões a fim de chamar a atenção dessas pessoas. Só assim as autoridades acordarão e resolverão esse problema. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia que acompanham os nossos trabalhos, no final do semestre fizemos, desta tribuna, um pronunciamento para tratar de um tema recorrente. Ou seja, estamos, há alguns dias, trazendo à tona este assunto, que repercute nas regiões onde atuamos. Por sinal, trata-se de um tema correlato ao abordado pelo Deputado Paulo Guedes, já que também diz respeito à Cemig. Faça referência ao programa Luz para Todos.

Sr. Presidente, ao final deste pronunciamento, protocolaremos na Mesa um requerimento solicitando ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pelo caro amigo e ex-Deputado Rogério Correia, que faça gestões e acompanhe de perto a retomada do programa Luz para Todos, a fim de garantir algo duramente pactuado depois de muitas negociações, audiências públicas e manifestações em várias regiões do nosso Estado: a priorização dos Municípios contemplados pelo programa Territórios da Cidadania em Minas Gerais, que são exatamente aqueles de menor IDH e que se encontram nessas regiões que, há muitos e muitos anos, demandam infra-estrutura - e não só relativamente à energia elétrica, mas também essa -, as regiões do Noroeste e Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Portanto, esse requerimento vem coroar todo um processo de acompanhamento, de mobilização, de acompanhamento fino, para garantir a retomada desse programa que consideramos vital não só para as regiões citadas mas também para todo o Estado de Minas.

Ainda, Sr. Presidente, faço um registro: há mais de um ano, o programa Luz para Todos foi interrompido nas áreas atendidas pela Cemig em nosso Estado. Então, é preciso dizer que estamos perdendo; é preciso insistir na afirmação de que estamos ficando para trás em relação à dotação de todo o nosso Estado de infra-estrutura de energia elétrica, o que é fundamental para garantir a presença do homem no campo e a sua qualidade de vida, assim como o fomento à produção, a agregação de valor à produção do meio rural. Por tudo isso, é preciso garantir que dois programas - é claro que todos os dois contam com a participação do Estado, e esperamos que os Prefeitos também possam aderir a eles e deles participar substancialmente -, concebidos e implementados pelo governo federal, o Luz para Todos e os Territórios da Cidadania, possam efetivamente dialogar e caminhar juntos, para se garantir o que se pretende: fomentar, de fato, o desenvolvimento nessas regiões já citadas, Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, regiões deprimidas economicamente se comparadas a outras do Estado. Vale dizer que, nas regiões fronteiriças com os outros Estados - todas elas fazem fronteiras com a Bahia ou com Goiás -, a concorrência é desleal, porque a infra-estrutura muda substancialmente, o que dificulta a implantação de indústrias, de empreendimentos nessas regiões.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, partindo da afirmativa que já fizemos em outras ocasiões, de que não há nesta Casa nenhum parlamentar que não tenha demanda reprimida do Luz para Todos em suas bases eleitorais, gostaríamos de que nos uníssemos para garantir a retomada desse programa e a priorização já pactuada, porque essas regiões foram também as de menor atendimento no Estado.

Também queremos concordar com o Deputado Paulo Guedes, reafirmando com a mesma determinação, com a mesma veemência com que o fez, que o anúncio de que o atendimento aos postos artesianos e às escolas do Estado, ainda não atendidas com energia elétrica, seria feito imediatamente, já aconteceu há vários e vários meses. O Governador já mandou fazer, a Cemig já disse que o faria imediatamente, mas já se passaram vários meses desse anúncio. Portanto, não é defensável, não há justificativa para que uma ação como essa, prioritária, que garante acesso à água para dessedentação animal e também para o atendimento às comunidades rurais e às escolas do meio rural, ainda esteja aguardando a boa-vontade da Cemig. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é uma honra voltar do nosso recesso e poder ocupar esta tribuna para lembrar aos nossos concidadãos de Minas Gerais que amanhã o STF realizará uma sessão histórica, quando definirá, de uma vez por todas, a questão tão divulgada pela mídia da vida pregressa dos candidatos a Vereador e a Prefeito em todo o Brasil.

No País há um movimento orquestrado para considerar todos os políticos como safados, ladrões e corruptos, todos aqueles que tiveram processo. Sr. Presidente, quero lembrar que dificilmente alguém consegue ser Prefeito neste país sem ter um único inquérito ou um único processo.

Sr. Presidente, mais me estranha que, neste momento em que há esse choque dentro da própria Justiça, uma discussão de poderes internos na Justiça brasileira quer até eleger a polícia como mais um poder da República.

Preocupo-me, porque a mídia não mostra toda a verdade. Se, para ser Prefeito ou Vereador, a vida pregressa não pode ter nenhuma mácula de processo aberto ou de inquérito iniciado, não poderia ser Ministro da Justiça o Sr. Tarso Genro, que responde a 17 processos; não poderia ser candidata a Prefeita a Sra. Marta Suplicy, em São Paulo, que responde a 5 processos; não poderia ocupar a cadeira de Presidente do Superior Tribunal Eleitoral o Sr. Gilmar Mendes, que responde a 2 processos; não poderia ocupar a Presidência da República o nosso querido e estimado Presidente Lula, que responde a 2 processos; não poderia ser Deputada Federal a Líder do PT em Minas Gerais, Maria do Carmo Lara, que responde a 3 processos. Se processo, denúncia e inquérito representassem a verdade, teríamos de inicialmente rasgar a Constituição brasileira.

O STF marcou para amanhã reunião especial para definir o que o próprio STE já definiu: não se pode passar por cima da Constituição. As pessoas só são culpadas depois de sentença transitada em julgado. A inelegibilidade, argüida aos montões por todo o Estado de Minas Gerais, por todo o Brasil, é nada além do que a ponta de um "iceberg", de uma luta intestina entre os próprios membros do Poder Judiciário de todo o Brasil. Isso é perigoso. Lembro que, há cerca de 15 dias, antes do recesso, fiz um pronunciamento aqui, demonstrando a minha preocupação de brasileiro, de cidadão. Se continuarmos com esse processo de denunciamento, de enxovalhar a vida alheia, de tentar fazer como o Chico Buarque, usando a Geni como depósito de fezes, haveremos de assistir, em pouco tempo, à derrocada da democracia. E isso é perigoso.

Não posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, deixar de avaliar esse assunto, que é de importância nacional, mas fere cada brasileiro, porque, de repente, todos nós que praticamos política e somos considerados pés de dinheiro, ricos e, por consequência, ladrões e corruptos, somos envolvidos, de golfada, numa atitude generalizada do Ministério Público a condenar-nos todos antes do julgamento, a considerar-nos incapazes para a disputa eleitoral.

Tenho documentos para provar que tanto o Ministro da Justiça, que responde a 17 processos e inquéritos, quando foi Prefeito de Rancharia... Acho que também o próprio Presidente da República não poderia exercer o seu cargo, assim como nenhum de seus Ministros, porque todos

respondem a processos. Essa generalização é perigosa.

Lá na minha terra, Teófilo Otôni, foi argüida a inelegibilidade da nossa Prefeita do PT, assim como a minha. O Ministério Público considerou minha candidatura inadequada em vista de processos, todos de origem política. O candidato do Democratas, Sr. Eduardo Tomich, apareceu como o único que não tinha nenhum processo. Mas, vasculhando o "site" do STF e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, encontrei a informação de que ele tem dois processos ativos e teve cinco outros processos quando foi Prefeito de Pedra Azul - por incrível que pareça, a nossa Promotora Eleitoral não descobriu isso. Ele teve sua candidatura deferida. Dois pesos, duas medidas.

Não dá para compreender, Sr. Presidente, e, a partir de ontem, veio-nos outra preocupação. No último dia do primeiro semestre, aprovamos aqui uma proposta de emenda à Constituição que coloca de forma clara o que o Ministério Público não tem deixado ficar claro: os membros do Poder Executivo são, a todo o instante - e a mídia divulga a todo o instante -, motivo de processos por improbidade administrativa. Esta Casa, sem criar lei nova, mas desejando clarear o assunto, assim o fez quando apreciou o Projeto de Lei Complementar nº 69, modificando alguns aspectos da atuação do Ministério Público. Também deixamos claro o assunto na nova iniciativa que aprovamos alterando a Lei Complementar nº 59/2001, em seu art. 340, em que se diz que é "facultado ao Tribunal de Justiça criar Câmara Especial, mediante lei específica, com competência preferencial para processar e julgar as ações penais contra os agentes políticos". Estou deixando claro que a referência aqui é a agentes políticos, porque o Ministério Público entende que aqueles que são eleitos não são agentes políticos, mas agentes públicos. Mas a letra da lei é muito clara: agente público é o servidor público, aquele que é contratado, que faz concurso e que toma posse. Ao servidor público cabe o processo de improbidade administrativa, mas não ao agente político, Sr. Presidente. E decisões e mais decisões do Supremo Tribunal Federal estão sendo pisoteadas, esmagadas pelo Ministério Público, porque ele não considera que o agente político só responda por crime de responsabilidade, e não por improbidade administrativa. E a imprensa, a todo o instante, divulga ações de improbidade administrativa contra agentes políticos. Não sei se é necessário repetir dezenas de vezes o que é claro: a diferença substancial entre o agente político, aquele que é eleito, e o agente público, aquele que exerce a função pública.

Ora, Sr. Presidente, chegou à imprensa uma nota da própria Assembléia - da própria Assembléia, desculpem-me -, dizendo que, se a redação do dispositivo conduzir a uma interpretação distinta daquela que se pretendeu, a Assembléia Legislativa defende que o artigo seja vetado. Se é isso o que defende a Assembléia, sou minoria, porque não defendo que esse artigo seja vetado. Até porque está muito claro, para que já não se tenha dúvida, na nova redação dada ao art. 340 da Lei Complementar nº 59, no art. 340 modificado pelo Projeto de Lei Complementar nº 26/2007: "O Tribunal de Justiça criará Câmara Especial para processar e julgar as ações penais e de improbidade administrativa contra os agentes políticos". Vejam que se diz que o Tribunal criará a Câmara Especial, ou seja, isso não lhe é facultado; ele é obrigado a criá-la. Parece, Sr. Presidente, que não entenderam as razões dos Deputados, que, em sua maioria, aprovaram esse projeto de lei complementar.

Estamos colocando no texto da lei, para que o Ministério Público não continue acionando Prefeitos, Vereadores e Presidentes de Câmara por crimes de improbidade administrativa, porque o agente político não pratica crime de improbidade administrativa. Ele pode praticar crime de responsabilidade. Quem é advogado, quem estudou direito, quem busca o espírito da lei não pode compreender que agentes políticos continuem sendo processados, indiciados, com inquéritos abertos para apuração de improbidade administrativa. Não cabe improbidade administrativa para agente político. Isso está claro em vários e vários acórdãos do Supremo Tribunal Federal. E é preciso que a Justiça continue sendo entulhada de tantos processos, que vão morrer no Tribunal de Justiça. É preciso mobilizar toda a máquina do Judiciário, uma sessão plena do Tribunal, para jogar por terra o que é elementar em Direito. Qualquer estudante de Direito sabe distinguir as duas figuras: do agente político e do agente público. No entanto cismam e, às vezes, Sr. Presidente, numa demonstração de incompetência jurídica, a mais aberrante, processam Prefeitos, Vereadores e Presidentes de Câmara pelos dois crimes: improbidade administrativa e de responsabilidade. Ou seja, pelos dois, ao mesmo tempo e pelo mesmo fato.

Sr. Presidente, penso que não posso contestar o que diz a Assembléia, mas não teve meu voto a decisão de achar que pode ser vetado esse artigo. Digo a V. Exa. que não concordo com isso, e tenho dificuldade em aceitar determinados comportamentos. Sei muito bem que essa nota à imprensa foi muito mais para dizer que não estamos tão preocupados com isso, porque, em verdade, o Tribunal de Justiça reforma todas essas sentenças de primeira instância. Estamos preocupados, Sr. Presidente, em não continuar entulhando o Poder Judiciário com ações "holofotárias", para a mídia. A mídia, que não tem jornalistas formados em Direito, engole essa balela de colocar impressa a bobagem que o Promotor de Justiça disse, que está processando um agente político por improbidade administrativa.

Perdoe-me, Sr. Presidente, por este pronunciamento, indo talvez até contra a decisão da maioria da Casa, mas, como cidadão, como homem que se formou em Direito, que labutou e advogou, que pretende conhecer um pouco do direito brasileiro, não posso aceitar essa incongruência que está formulada, não apenas no conceito do Ministério Público, daqueles maus Promotores que, graças a Deus, são poucos. A maioria é gente boa, que trabalha direitinho, mas esses poucos fazem um estrago danado, quando confundem a opinião pública, jogam na lama o nome dos políticos, em nome da vocação "holofotária". É querer aparecer, não agüentar ver as luzes da televisão e as letras de jornais para aparecer.

Ao votarmos a Lei de Organização Judiciária, criamos o instrumento das entrâncias especiais, a fim de que não seja preciso que eles façam esse espetáculo para cavar uma promoção rápida, para subir e chegar a Belo Horizonte depressa. Foi isso que fizemos criando entrâncias especiais em todo o Estado, para que os Promotores de Justiça e os Juizes possam ficar mais tempo no interior, nas suas cidades de origem, possam conviver com a sociedade e ver que nem todo o mundo é ladrão, que nem todo o mundo é safado, que existe uma sociedade organizada, que as pessoas convivem bem. Se eles andassem no meio do povo, saberiam que 90% do povo brasileiro são gente honesta e séria, e não é todo o mundo que é ladrão. Não há como colocar essas pessoas separadas da sociedade. Elas se colocam num altar, num patamar, como se fossem os únicos puros, as únicas vestais deste país. E isso não é verdade, Sr. Presidente. Volta e meia, Juiz está sendo preso em flagrante delito; volta e meia, Promotor está sendo preso em flagrante delito. Não são vestais e não são tão puros? Fazem parte de uma sociedade que tem suas impurezas, suas irregularidades, seus defeitos de comportamento, e aceitamos isso. Ninguém culpa toda uma categoria pelos erros de alguns. Há político safado? Há. Há político ladrão? Há. Que a Justiça aja sobre estes e prove que são ladrões, que são safados, mas a mim, ao meu nome, não sujem de tabela, porque isso não aceito, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente. Queremos tratar, neste momento, de um assunto que consideramos de muita relevância e que temos acompanhado, Sr. Presidente. Trata-se de uma área em que militamos e que diz respeito às ações do terceiro setor. São ações que nascem da iniciativa da sociedade civil, desejosas de ocupar o vácuo, o vazio das ações institucionais das três esferas do poder, dos governos federal, estadual ou municipais.

É exatamente em virtude de ações como essas que podemos afirmar com muita tranquilidade que o tecido social deste país ainda não foi rompido, pois temos muitas organizações da sociedade civil estruturando-se, organizando-se para promover ações de cunho social, de forma substitutiva na grande maioria das vezes, e para complementar, para subsidiar e, muitas vezes, até para provocar a ação do poder público.

Hoje, com a discussão que se vem firmando, felizmente, em todos os espaços, sobre a necessidade de se adotarem mecanismos de desenvolvimento sustentável, apesar de ser esse um conceito em disputa, em construção, em que as visões são muitas distintas umas das outras, mas estabelecidas na nossa sociedade, afirma-se categoricamente, de maneira imperiosa, a necessidade de participação da sociedade civil. Sem sociedade civil organizada participante não é possível promover desenvolvimento sustentável. Quem faz o amálgama, quem ligará as ações na base real da sociedade é a sociedade civil, são as lideranças sociais que mobilizam, que articulam, que promovem, que lutam para que o Estado atue quando não atua. Por muitas e muitas razões, a sociedade civil consegue organizar-se para ocupar esse espaço vazio e promover ações complementares ou substitutivas ao Estado.

Fala-se em desenvolvimento sustentável, expressão que vem associada, que diz respeito às alianças intersetoriais. É lógico que, para promover o desenvolvimento sustentável, os três setores - o público, o privado, dos empreendimentos econômicos, e o da sociedade civil - precisam, de alguma maneira, estar articulados, criar espaços comuns de construção coletiva, de construção de consensos mínimos para pautar e orientar a intervenção social.

Assim, as alianças intersetoriais ganham evidência, relevo e passam a ser também reconhecidas, defendidas e propaladas.

Ao falar em alianças intersetoriais associadas às parcerias intersetoriais, novamente trazemos a público uma questão que consideramos relevante. Trata-se da parceria que se realiza há anos na nossa Capital, que conta com a participação de uma organização da sociedade civil, não só legítima no que faz, mas extremamente valorizada e reconhecida no Estado de Minas Gerais, nacionalmente e por organismos internacionais: a organização Circo de Todo Mundo. Essa organização nasceu da luta em defesa das crianças e dos adolescentes. Essa luta resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente, e essa organização se transformou num processo estruturado de traduzir os ideários desse Estatuto em ações efetivas de proteção, promoção e cuidados para garantir a recuperação, a socialização e a proteção efetiva de inúmeras crianças e inúmeros adolescentes na Capital de Minas Gerais.

Há muitos anos, o Circo de Todo Mundo funciona, em parceria com o governo do Estado, num espaço pequeno, muito reduzido, onde funcionava a antiga Febem em Belo Horizonte. O que está acontecendo?

Para desenvolver outra ação também importante, o Centro de Referência da Juventude de Minas Gerais, voltado para a juventude aqui na Capital, ação meritória, sem sombra de dúvida, que queremos ver acontecer e também defendemos, está causando uma tensão, uma polêmica. Para implantar esse Centro de Referência da Juventude, escolheu-se exatamente o espaço da antiga Febem, onde está instalado o Circo de Todo Mundo.

A posição até então manifestada pelos representantes do Estado, das áreas de cultura e planejamento, é a de que o Circo de Todo Mundo tem de abandonar a área e liberar o espaço para a implantação do novo projeto.

Defendemos que é possível articular as duas iniciativas, até mesmo para que tudo de meritório, de reconhecido e de notável que o Circo de Todo Mundo já fez e continua fazendo pelas crianças e pelos adolescentes seja fonte de inspiração para as ações que serão implantadas pelo governo do Estado.

Sabemos que desenvolver, sistematizar uma metodologia de apoio social, principalmente com esse público de criança e adolescente, não é muito simples. São anos e anos de dedicação, estudo, esforço e experimentação. São anos e anos de resultados concretos que se revelaram em muitas premiações, demonstrando o reconhecimento objetivo por parte de órgãos do poder público, do Ministério Público, do governo do Estado, de organizações nacionais e internacionais.

Portanto, mais uma vez, trazemos a público o nosso pedido, porque estamos preocupados com o fato, apesar de o Ministério Público já ter aberto inquérito administrativo e realizado uma audiência pública no dia 10 de julho, que contou com a participação de representantes do governo do Estado, e iniciado uma negociação.

Torcemos para que o Ministério Público de fato consiga conduzir esse processo de maneira a harmonizar os interesses da organização Circo de Todo Mundo com essa nova iniciativa voltada para a juventude no Estado de Minas Gerais, e acreditamos nisso.

Estamos aguardando pronunciamento do governo do Estado e queremos que venha logo, para que seja resolvida essa situação e acabe-se com a angústia pela qual os dirigentes da ONG Circo de Todo Mundo estão passando. Trata-se pessoas extremamente engajadas, comprometidas com as causas das crianças e dos adolescentes.

Apresentando alguns números, Sr. Presidente. Da área total de 77.000m<sup>2</sup> da antiga Febem, somente 5.000m<sup>2</sup> são ocupados pelo Circo de Todo Mundo. Da área construída, 12.468m<sup>2</sup>, somente se ocupam 900m<sup>2</sup> para as atividades do Circo de Todo Mundo. Fora da área construída, em um terreno de 4.000m<sup>2</sup>, onde está instalada a lona do Circo de Todo Mundo, realiza-se também um projeto financiado pelo Projeto Criança Esperança, que está, nesses dias, na mídia, com um processo de mobilização, de arrecadação. O projeto apoiado pelo Criança Esperança chama-se Nossos Papos à Sombra do Jenipapo, referido-se ao jenipapeiro que existe no terreno. Esse trabalho vem atendendo, de forma ampla, mais de 600 crianças e adolescentes. Portanto, fica aí o nosso registro.

Queremos trazer outro assunto que diz respeito também à ação do governo do Estado e a uma iniciativa antiga do governo, também meritória, que vem fazendo um trabalho extremamente relevante, apesar do que considero um abandono por parte do governo do Estado. Já falei inúmeras vezes, porém queremos dar ênfase maior neste momento. A Fundação Caio Martins, que tem diversas unidades espalhadas ao longo da Bacia do São Francisco, entidade que já foi notável, que já foi referência em educação em Minas Gerais, hoje está abandonada. É preciso promover rapidamente uma revisão metodológica para atualizar a atuação dessa instituição, apesar do carinho, do esforço e do bom trabalho que vem sendo feito. Aliás, um trabalho que vem alcançando bons resultados. É preciso também investimento na estrutura física, nos alojamentos, nas oficinas profissionalizantes. Para provar o nosso interesse, estamos mobilizando recursos da esfera federal, com computadores. Estamos fazendo campanhas de doação de roupas e de agasalhos, o que foi feito no primeiro semestre para garantir socorro na época do inverno que se aproximava. Estamos solicitando ao Deputado licenciado Gustavo Correa, Secretário de Esportes e da Juventude, uma audiência para atualizarmos essa discussão, para retomarmos o tema do apoio e da promoção - poderia até dizer do socorro - às atividades da Fundação Caio Martins.

Voltando à questão do Circo de Todo Mundo, amanhã haverá uma audiência, agendada com o Sr. Tadeu Barreto, Subsecretário da Seplag. Os Deputados André Quintão e João Leite, que ajudaram a articular essa audiência, estarão também presentes, para apresentarmos o tema e registrá-lo, assim como tentar participar desse esforço de negociação para acomodar todos esses interesses, importantes e meritórios.

Gostaríamos também, Sr. Presidente, de dizer que há um projeto na pauta, discussão em 2º turno do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde - programa de identificação, catalogação e preservação de nascentes de água no Estado de Minas Gerais. Trata-se de um projeto fabuloso, que foi objeto de ampla discussão aqui durante o primeiro semestre. Houve muitas e muitas autoridades no assunto aqui presentes, para discutir e enriquecer a proposta. Está tramitando uma proposta de emenda que, em nosso ponto de vista, vai enriquecer e melhorar muito a proposição inicial, que é destacar um percentual do Fhidro, esse fundo para apoiar ações de revitalização e de fomento à proteção ambiental relacionada com recursos hídricos; que vai garantir recursos efetivos para a implantação do Bolsa Verde, para não correremos os riscos de ficarmos na mesma situação de muitas outras boas propostas e proposições que nascem desta Casa e da própria sociedade civil, chegam aos nossos gabinetes e são acolhidas por nós, mas ficam na boa intenção, porque não têm recursos para sua implementação. Portanto, durante a discussão em 2º turno, emendas serão apreciadas; essa é uma delas, e nós a defenderemos. Tenho certeza de que será aprovada pelos nossos pares, porque é fundamental dotar recursos para a implementação e para a ampliação, de forma significativa, dessas ações como o Bolsa Verde aqui, em Minas Gerais.

Para finalizar, Sr. Presidente, queria fazer um registro: o "Diário do Comércio" desta data traz uma reportagem longa com o título: "RPM amplia

produção de ouro em Paracatu". Minha querida Paracatu. Já tratamos desse assunto aqui, e agora trago o registro de que o faturamento do braço brasileiro da empresa Kinross também deverá triplicar, assim como a produção, no ano de 2009, quando a ampliação da operação estará plena. Vamos trabalhar muito, na linha do que foi discutido aqui, recentemente, no nosso seminário legislativo "Minas de Minas", as contrapartidas sociais. Não só as contrapartidas de compensação ambiental, mas também as sociais. Enquanto a legislação federal que regulamenta todo esse processo não vem para atender aos reclames da sociedade, que possamos mobilizar nossas comunidades. Minha manifestação é nesse sentido.

Outro registro da matéria é o seguinte: nos últimos 10 anos, o valor do metal quase quadruplicou, e segue, em 2008, a tendência de valorização da maioria das "commodities" minerais. Esse é o quadro, que evidencia a rentabilidade das mineradoras que trabalham com ouro. O teor do ouro explorado em Paracatu é o menor do mundo, e mesmo assim a rentabilidade é fabulosa. Vamos cobrar e mobilizar para que parcelas desses recursos sejam, de fato, investidas em benefício da população, criando a possibilidade de que, após exaurida a mineração, a sociedade tenha capacidade de sobreviver e não haja um vazio. Como fica o vazio da lavra minerária, que não fique também um vazio econômico, um vazio cultural, um grande vazio pesando sobre a população de Paracatu. Acreditamos e apostamos nisso, e o defendemos. Vamos continuar trabalhando com todos aqueles que acreditam na importância da mineração na nossa sociedade contemporânea, mas que acreditam também na necessidade de aprofundar principalmente as compensações sociais naquelas localidades onde a extração se dá, para que o impacto pós-mineração não seja tão sofrido e doloroso como muitas outras experiências que conhecemos na história de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/8/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Nilson Antonio Dias Godinho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Elizabeth de Fátima Andrade Rocha para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando Marcelo José de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando Marcia Clara Liberato Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Matheus José Fernandes Lara do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Adailza Araújo da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Kelly Jacqueline Maciel Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Matheus José Fernandes Lara para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Adailza Araújo da Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Marcelo de Souza Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e a Lei nº 9.384, de 18/12/86, Resolução nº 5.203, de 19/03/02, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 1º/8/08, Tiago Bastos de Moura do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Bianca Rodrigues Rocha para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2008

Objeto: aquisição de rádios transeptores portáteis e baterias.

Pregoaes vencedores: Telwave Radiocomunicação Ltda. (lote 1) e Eden Leite Cerqueira - ME (lotes 2, 4 e 5).

Os lotes 3 e 6 foram considerados fracassados.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2008

Objeto: aquisição de bobinas para fax. Pregoeiro vencedor: Thi Bobinas e Etiquetas Ltda.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Município de São José do Goiabal. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensada, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Pouso Alegre. Objeto: implementação de Câmara-Escola no Município de Pouso Alegre. Vigência: 1 ano a partir de 9/6/2008.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lazúli Arquitetura, Cenotécnica e Cenografia Ltda. Objeto: elaboração de projeto de reprogramação visual, reforma e criação dos cenários no estúdio da TV Assembléia. Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: Convite nº 6/2007.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipê Consultoria e Projetos Ltda. Objeto: elaboração de levantamento cadastral, projeto de reforma e acompanhamento da implementação das redes hidrossanitária e pluvial do Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 339039. Vigência: até a conclusão da obra decorrente do projeto executivo aprovado e aceito pela Gerência de Manutenção e Obras - GMO -, em até 12 meses contados a partir da assinatura. Licitação: Convite nº 3/2008.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Perfil Médico Odontológico Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

errata

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/8/2008, na pág. 64, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Douro Rinaldo", onde se lê:

"Tulio Marcos Faria Araújo", leia-se:

"Túlio Marcos de Faria Silva".